

Romper o silêncio

Reinaldo Fleuri

Silêncio... Um incômodo silêncio tomou conta do grupo, quando se abriu a palavra aos quarenta participantes do ciclo de estudos sobre educação popular para se discutir problemas da própria prática. Era o quarto encontro com Paulo Freire, no dia 1º de setembro passado. O gelo se rompeu quando alguém propôs que se discutisse o significado daquele silêncio...

Nem todos se conheciam naquele grupo. E muitos poderiam ter pensado: "Não estou muito por dentro do assunto. Os outros sabem mais do que eu. É melhor esperar..." Assim, ninguém tomava a iniciativa, talvez devido a uma certa insegurança ou timidez.

Mas essa timidez, em geral, não é um fato de caráter meramente individual. Ela decorre certamente da vivência num contexto social autoritário, em que aqueles que "pensam que não sabem" se intimidam diante daqueles que "pensam que sabem". A arrogância destes condiciona a timidez daqueles e vice-versa. "Você sabe com quem está falando?" — é o recurso frequentemente usado por quem deseja se impor. E consegue se impor na exata medida que o outro se intimida.

Em nosso contexto, somos sistematicamente formados para assumir este esquema de imposição-submissão em todos os relacionamentos do dia-a-dia. A começar — ou a continuar! — pela escola. Há como uma estratégia institucionalizada para se impor às pessoas o "silêncio do corpo": em escolas de nossa região — conforme ouvimos dizer em conversas de corredores — se propõem prêmios para as crianças que não se mexem de seu lugar ou se castiga as irrequietas.

Ao silêncio do corpo se acrescenta a imposição do "silêncio da palavra". Proíbe-se, por exemplo, que os alunos conversem entre si e se institucionaliza a obrigação de repetirem quase mecanicamente apenas o que o professor ensina. E tem professores que se esmeram em descobrir métodos para manter seus pupilos calados. É o caso daquela professora que, o início da aula, oferece a cada criança um gole de água, que deve ser mantida na boca até o final da aula e... ai de quem engolir! Medidas como essas são legitimadas e até mesmo incentivadas por aqueles que são encarregados de manter a ordem: quantas vezes não ouvimos elogios e professores ou diretores que "sabem manter a disciplina e se fazerem respeitar"?

Além destas formas evidentes de repressão, há outras mais sutis que condicionam ao "silêncio da mente". A custa, por exemplo, de ser forçado na escola a repetir sempre o que o professor diz, o aluno acaba sendo tolhido em sua capacidade de pensar com a própria cabeça. E, pior, se tenta convencê-lo de que o saber "de quem tem competência" é absolutamente verdadeiro e incontestável.

Esta ideologia conduz os que "pensam que não sabem" a uma atitude de inércia, de passividade. Esta é um outro tipo de silêncio, o "silêncio da Vontade". A pessoa — subalterna, evidentemente — não tem a permissão de decidir, pois quem decide é sempre o superior. Na melhor das hipóteses, sua proposta só adquire validade após ter passado pelo aval do chefe.

Essa dinâmica autoritária cerceia a autonomia das pessoas. Mas a consequência mais terrível é que impede a articulação de grupos e de processos democráticos na decisão em qualquer nível de poder, gerando, então, o "silêncio da comunidade". Este silêncio se manifesta quando alguém assume uma atitude autoritária frente ao grupo. E se manifesta, paradoxalmente, também quando um grupo condicionado à passividade se encontra numa situação em que tem que assumir sua palavra e sua decisão.

Como ajudar a romper este silêncio de grupo, síntese de todas as formas de silêncio?

Cometeria um erro alguém que, na esperança de incitar a iniciativa do grupo, agredisse os companheiros dizendo num tom de superioridade: "Vocês são uns alienados. Deste jeito o país não muda mesmo! É preciso acabar com essa passividade". Esta seria uma forma de se contrapor à realidade de maneira acrítica. Por outro lado, seria também um erro aceitar a passividade sem desafiá-la, acomodando-se a esta situação.

O modo mais adequado de romper criticamente com o silêncio — tal como ocorreu na experiência que Paulo Freire nos contou (veja artigo da próxima semana) — seria partir da vivência do próprio grupo e ir questionando o modo como seus participantes compreendem essa vivência. Deste modo, o grupo vai tomando consciência dos fatores que condicionam sua situação e, pouco a pouco, vai descobrindo e assumindo modos de transformá-la radicalmente.

PIRACICABA, 26/09 A 02/10 DE 1983
